

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NA ECONOMIA
DO TURISMO BRASILEIRO NO PERÍODO 2006 – 2016

JOSÉ CARLOS CLAUDINO FILHO

CARUARU

2018

JOSÉ CARLOS CLAUDINO FILHO

UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NA ECONOMIA
DO TURISMO BRASILEIRO NO PERÍODO 2006 – 2016

Trabalho de conclusão de curso submetido à Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Para a obtenção do título de bacharel em ciências econômicas.

Área de concentração: Economia do trabalho

Orientador: Prof.^a Dr. Ana Paula Sobreira Bezerra

CARUARU

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

- C615a Claudino Filho, José Carlos.
Uma análise do mercado de trabalho na economia do turismo brasileiro no período 2006 - 2016. / José Carlos Claudino Filho. – 2018.
46 f. il. : 30 cm.
- Orientadora: Ana Paula Sobreira Bezerra.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.
1. Mercado de trabalho. 2. Turismo - Economia. 3. Ocupações. I. Bezerra, Ana Paula Sobreira (Orientadora). II. Título.

CDD 330 (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-383)

JOSÉ CARLOS CLAUDINO FILHO

UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NA ECONOMIA DO TURISMO BRASILEIRO NO PERÍODO 2006 – 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em ciências econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em economia.

Aprovada em: 19/11/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Sobreira Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr. Leandro Willer Pereira Coimbra (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr^º. Klebson Humberto de Lucena Moura (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

“Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escritos e determinado, quando nem um deles havia ainda.”

É com essas palavras que inicio meus agradecimentos e em especial a Deus, pois sem ele não teria fé e nem forças para concluir mais uma etapa de minha vida.

Agradeço aos meus pais os quais me deram vida, e em especial meu pai José Carlos Claudino, onde eu ainda criança lembro-me dos dias que chegava cansado do trabalho e tirava um tempo para me ensinar a ler. A minha avó paterna que durante um bom tempo cuidou de mim e me educou mostrando o caminho correto da vida, enfim a todos meus familiares.

Agradeço a minha professora e orientadora Ana Paula Sobreira Bezerra, ao qual disponibilizou seu tempo a mim orientar.

Agradeço a todos os colegas de classes que passaram em minha vida em toda essa graduação, que por eles aprendi muitas coisas.

Agradeço pelas amizades verdadeiras que fiz e em especial a Maria Cleonice, onde nos aventuramos muito nesse período de graduação, foram muitas risadas, aventuras (principalmente em dias de provas), muito estudo e preparação para nossas monitorias e ainda muitas “arengas”. Agradeço também a Heleno, por muitas vezes prestativo e de coração enorme.

Agradeço também a um amigo em especial, que só tive contato nos últimos meses, onde me ajudou a corrigir alguns erros durante o desenvolvimento desse trabalho, muito obrigado, Valmir Fernandes de Araújo e quero contar contigo para sempre.

Enfim, o coração só tem a agradecer por mais uma etapa e sonho a se concluir em minha vida, ser graduado por umas das melhores universidades do Brasil que é a UFPE.

RESUMO

Dentre as diversas áreas que constituem o estudo da economia, uma é de suma importância para o desenvolvimento e crescimento de qualquer país, que é a economia do trabalho. O estudo dessa vertente econômica permite compreender o comportamento e características das variáveis que constituem o mercado, entre elas estão: a relação entre formalidade e informalidade, números de ocupações, características de cunho socioeconômico – remuneração e nível educacional -, dentre outras. Porém ao relacionar o estudo do mercado de trabalho com as atividades econômicas que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, torna-se mais interessante, pois, entender como funcionar e quais as características do mercado de trabalho de uma atividade em específico dá subsídio para formulações de políticas públicas eficientes afim de suprir os gargalos existente em uma determinada atividade econômica. Posto isso, esse trabalho tem por objetivo estudar o comportamento e as principais características do mercado de trabalho de uma atividade que se tornou importante para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países, que é a atividade turística. Focando o estudo para o mercado de trabalho turístico brasileiro, esta pesquisa baseou-se em bibliografias e apanhados de dados de órgãos oficiais que a partir dessas, verificou-se uma atividade onde a informalidade ainda é uma fricção a ser superada, como também, as disparidades entre os níveis salariais e os níveis de escolaridade leva a se considerar esse mercado como sendo de mão de obra de baixa remuneração, ainda que, os indivíduos venha apresentar níveis educacionais elevados.

Palavras-chaves: Mercado de Trabalho. Economia do Turismo. Atividades Características do Turismo. Ocupações.

RESUMEN

Entre las diversas áreas que constituyen el estudio de la economía, una es de suma importancia para el desarrollo y crecimiento de cualquier país, que es la economía del trabajo. El estudio de esta vertiente económica permite comprender el comportamiento y características de las variables que constituyen el mercado, entre ellas están: la relación entre formalidad e informalidad, números de ocupaciones, características de cuño socioeconómico - remuneración y nivel educativo -, entre otras. Pero al relacionar el estudio del mercado de trabajo con las actividades económicas que componen el Producto Interno Bruto (PIB) de un país, se vuelve más interesante, pues, entender cómo funciona y cuáles las características del mercado de trabajo de una actividad en específico se da subsidio para formulaciones de políticas públicas eficientes, a fin de suplir los cuellos de botella existentes en una determinada actividad económica. Por eso, este trabajo tiene por objetivo estudiar el comportamiento y las principales características del mercado de trabajo de una actividad que se ha vuelto importante para el desarrollo socioeconómico de muchos países, que es la actividad turística. En el marco del estudio para el mercado de trabajo turístico brasileño, esta investigación se basó en bibliografías y recogidos de datos de órganos oficiales que a partir de esas, se verificó una actividad donde la informalidad sigue siendo una fricción a ser superada, así como, las disparidades entre los niveles salariales y los niveles de escolaridad llevan ajetivo ese mercado como de mano de obra de baja remuneración, aunque los individuos venga a presentar niveles educativos elevados.

Palabras claves: Mercado de Trabajo. Economía del Turismo. Actividades Características del Turismo. Ocupaciones.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O MERCADO DE TRABALHO SOB A LUZ DAS TEORIAS ECONÔMICAS	14
2.1.	A TEORIA CLÁSSICA DO MERCADO DE TRABALHO	14
2.1.1	Economia clássica: uma breve discussão sobre demanda e oferta da mão de obra no mercado de trabalho	15
2.2	A VISÃO NEOCLÁSSICA E O INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO NO COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO	16
2.3	A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO E A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO NA INTERPRETAÇÃO KEYNESIANA	17
2.4	MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O DESEMPREGO E SUAS CARACTERÍSTICAS NA ECONOMIA	18
2.5	QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS DO MERCADO DE TRABALHO: A DISCRIMINAÇÃO COMO CAUSA DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E A INFORMALIDADE ENQUANTO SAÍDA AO DESEMPREGO	20
2.6	CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SEU COMPORTAMENTO NO PANORAMA SETORIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	23
2.7	A ECONOMIA DO TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	24
3	DESEMPENHO DA ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O estudo das ciências econômicas permite analisar os problemas econômicos de uma população, onde, consiste em explicar como funcionam os sistemas econômicos de diferentes nações e as relações entre os agentes que compõem uma determinada economia a fim de propor soluções. Dentre as diversas áreas que constituem o estudo da economia, uma é de suma importância para o desenvolvimento e crescimento de qualquer país, que é a economia do trabalho.

A economia do trabalho estuda de forma específica o funcionamento do mercado de trabalho, ressaltando pontos importantes que incluem: a determinação da distribuição de renda, as decisões de emprego, a discriminação no mercado de trabalho, a determinação do desemprego e do investimento em capital humano, dentre outras variáveis. A dinâmica de funcionamento no mercado de trabalho é composta por três atores: trabalhador, empresa e governo. Enquanto o indivíduo trabalhador busca maximizar seu bem-estar e os donos dos fatores de produção buscam maximizar seus lucros, onde ambos serão influenciados pelas decisões do governo.

Fatores externos ao modelo também influenciam no comportamento do mercado de trabalho, fazendo com que esse mercado se reinvente às mudanças no atual modelo de produção da economia contemporânea. Muitas dessas mudanças se deram com o início da globalização nas últimas décadas do século XX e vão até os dias atuais, pois ela somada as inovações produtivas nas organizações, fazem com que os agentes desse mercado, principalmente o trabalhador - que oferta sua força de trabalho - sejam obrigados a desempenhar novas habilidades para se manterem ativos.

Segundo Silva & Mota (2013), o mercado de trabalho pode se caracterizar como um elemento de exclusão social, caso o indivíduo não seja capaz de se reinventar. Além das mudanças estruturais com a inclusão de novas tecnologias e novas formas de organização da produção, o mercado de trabalho se modificou também por motivos institucionais.

Conforme Martins & Oliveira (2017 *apud* SCALON 2009, as mudanças institucionais estavam ligadas a flexibilização dos contratos de trabalhos. Em muitos países a flexibilização facilitou, indiretamente, uma precarização no mundo do trabalho, levando a uma diminuição na demanda de trabalho do setor da indústria e transferindo esses trabalhadores para o setor de

serviços e, muitas vezes, para o setor informal da economia de muitas nações, principalmente as subdesenvolvidas.

O mercado de trabalho também apresenta, em alguns países, elevados índices de concentração de emprego nos diversos setores da economia, isso levará, segundo Maciente (2008), a uma desigualdade regional no que tange à distribuição de emprego e renda. A concentração do emprego pode ocasionar mudanças demográficas, pois, ao atrair uma determinada demanda de mão de obra específica para um setor, outros setores tendem a demandar mais trabalhadores, construindo, assim, um fator de atração intersetorial, modificando a estrutura demográfica de uma região.

De acordo com Mota (2013), a atividade econômica de um país é composta por uma gama de setores, que estão inclusos diversos tipos de organizações privadas e públicas, divididos em primário, secundário e terciário. No primeiro setor, as relações de trabalho lidam com a matéria-prima, enquanto no segundo, as relações de trabalho estão ligadas com as transformações da matéria-prima, por fim, as relações de trabalho do terceiro setor se dá de forma interpessoal, principalmente na prestação de serviços.

Consoante Silva (2005), o terceiro setor surgiu como forma a suprir as demandas por bens básicos dos trabalhadores dos dois primeiros setores produtivos – agricultura e indústria. Percebeu-se que no Brasil, o terceiro setor seguiu a mesma trajetória internacional baseando-se na industrialização e urbanização, provocando mudanças na estrutura econômica nacional, onde o emprego e a renda dos trabalhadores desse setor demonstraram uma evolução favorável, que por consequência a estrutura do mercado de trabalho veio a se modificar.

No Brasil, a atividade econômica apresenta, historicamente, elevados índices de concentração de emprego. Maciente (2008), afirma que, as regiões que mais apresentam um elevado nível de concentração de emprego formal são as Sul e Sudeste - com destaque o setor industrial -, por outro lado, as regiões Norte e Nordeste se destacam por apresentarem um baixo nível de concentração de empregos formais, com um maior índice de ocupações no setor de serviços.

De acordo com Silva (2005), o setor terciário vem se expandido ao longo dos anos, onde a demanda e oferta por bens e serviços se dá de forma intensa, movimentando os volumes de transações entre produtor e consumidor, dentre os diversos serviços ofertados, estão aqueles

voltado ao turismo, atividade essa que vem se expandido ao longo dos anos e contribuído para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico de uma região.

Segundo Kadota & Santos (2012) o turismo, é uma das atividades que vem apresentando uma evolução considerável em muitos países, esse crescimento proporciona impulso na atividade econômica dessas nações, levando desenvolvimento, geração de emprego e renda. Em conformidade, Mota (2013) afirma que, o aumento dessa atividade, permite um efeito multiplicador, pois, além do crescimento da demanda dos bens e serviços turísticos, proporciona a expansão na demanda em outras atividades.

Essa dinâmica multiplicativa leva a uma ampliação na receita das empresas, elevando os investimentos produtivos. Consequentemente, haverá uma expansão no mercado de trabalho, pois se elevam os números de empregos, ampliando, assim, o nível de renda e bem-estar do indivíduo trabalhador.

Mota (2013) ainda afirma que, da mesma forma que os setores primários, secundários e terciários são beneficiados com a expansão da atividade turística, o setor público é também favorecido no que tange à arrecadação de suas receitas. Esse setor se beneficia da expansão econômica do turismo de duas formas: indiretamente, através dos tributos cobrados sobre as empresas privada e dos trabalhadores, e diretamente, sobre formas de taxação em visitas de atrativos turísticos.

Consoante Barbosa (2005), a economia do turismo proporciona uma integração intersetorial, que é realizada em forma de cadeia, pois, por não ter restrições de região, a atividade turística poderá se expandir a outras regiões menos desenvolvidas. A medida que a atividade turística é estabelecida, a infraestrutura das regiões menos desenvolvidas irá se modificar, estimulando o crescimento e surgimento de outras atividades econômicas e, em consequência, favorecendo o mercado de trabalho.

Devido aos reflexos positivos da expansão do turismo na economia, como as ampliações das divisas, renda e do mercado de trabalho nas múltiplas segmentações que o setor abrange, a economia do turismo vem ganhando relevância no cenário econômico mundial, despertando interesse dos formuladores de políticas sobre o setor. Segundo a EMBATUR (2015) o setor turístico representa cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, empregando cerca sete milhões de pessoas.

De acordo com MINISTÉRIO DO TURISMO (2015), no Brasil, o setor turístico ganhou força a partir de 2007 com a criação do plano nacional do turismo - visando o crescimento econômico do turismo e o desenvolvimento social - que por muitas vezes o fluxo de consumo por produtos turísticos acompanhou a tendência de expansão da economia brasileira. Ribas (2013) afirma que o setor se tornou uma fonte que potencializou as oportunidades de emprego na economia, pois envolve uma cadeia produtiva baseada no forte uso de mão de obra diversificada.

Conforme Kadota & Santos (2012), o turismo é um setor passivo da economia em geral, sendo influenciado, na maioria das vezes, pelas condições macroeconômicas, ou seja, se a economia de um país está em constante expansão, isso refletirá de uma forma positiva no setor de turismo – elevando a demanda por produtos turísticos, movimentando positivamente o mercado de trabalho e um aumento na renda da região turística.

No entanto, a economia do turismo na maioria das vezes quebra essa tendência de correlação positiva das condições macroeconômicas, isso porque o setor tende a se beneficiar, também, a situações não favoráveis de crescimento econômico. Ainda, Kadota & Santos (2012), afirmam que, isso ocorre porque em períodos de retração econômica a tendência é de uma desvalorização da moeda local, beneficiando, assim, o turista estrangeiro, com isso os bens e serviços dos produtos turísticos ficam mais acessíveis, mantendo constante o fluxo econômico do setor e melhorando as divisas do país doméstico.

No que se refere ao mercado de trabalho, na economia do turismo ele vem apresentar características peculiares ao comparado com outros setores da economia, que serão descritas a seguir. O que vai diferenciar o mercado de trabalho do turismo dos outros setores é: a intensidade do trabalho, a baixa exigência de qualificação profissional, a sazonalidade do emprego e a alta rotatividade.

Para Mota (2013), intensidade do trabalho se dá pelo fato do turismo ser uma atividade de uso intensivo de trabalho, e não uma atividade de uso intensivo de capital, sendo um setor estratégico para criação de políticas públicas de emprego - quando a geração de emprego é o objetivo dos formuladores de políticas. Ao comparar os níveis de formação dos trabalhadores do setor com as outras atividade econômicas, Kadota & Santos (2012), afirmam que, a média de formação ou qualificação desses profissionais são baixa, mas devido a mudança no mercado

de trabalho em geral, a qualificação profissional tem se tornado uma variável essencial para o desenvolvimento de diversos setores, incluindo a atividade econômica turística.

Katoda & Santos (2012) afirmam que, a atividade turística apresenta, na maioria das vezes, certas instabilidades, ou seja, é sazonal, com isso, o mercado de trabalho turístico também irá apresentar essa característica. Em concordância, Mota (2013), afirma que, a sazonalidade, aliada a baixa qualificação na formação dos trabalhadores, faz com que a atividade tenha um certo nível de rotatividade maior que outros setores, aumentando os custos para as empresas turísticas.

Segundo dados do IBGE (2010), o turismo foi responsável pela geração de mais de 5 milhões de empregos no Brasil, que representou cerca de 6,2 % do total de empregos gerados na economia brasileira. Quando o turismo cresce, tende-se a aparecer movimentos positivo no que se refere a geração de empregos no setor, movimentando, assim, todo mercado de trabalho. Conforme Kadota & Santos (2012), é necessário aos formuladores de políticas públicas conhecerem com mais precisão toda conjuntura em torno dessa atividade, para, assim, tomarem decisões e formularem projetos eficientes, a fim de melhorar o bem-estar social de toda uma região.

Partindo dessa explanação, esse trabalho estudará o mercado de trabalho na economia do turismo no Brasil no período que compreende os anos de 2006 a 2016. A relevância dessa pesquisa está em compreender as características e o comportamento do mercado de trabalho de um setor que contribui substancialmente para o desenvolvimento socioeconômico, no que tange a geração de emprego e renda. Tendo como objetivo analisar o mercado de trabalho do setor turístico em comparação com a economia geral, identificando como as políticas públicas impulsionaram a economia do turismo – por consequência o mercado de trabalho – e verificar quais segmentos turísticos apresentaram uma maior concentração do emprego formal e informal e suas características.

Este trabalho está dividido nesta breve introdução, a segunda seção é seguida de uma fundamentação teórica, tendo como metodologia pesquisas bibliográficas de caráter descritivo, com base em dissertações, livros e periódicos. A terceira seção é composta pela análise de dados baseados em apanhados feitos em órgão oficiais, dentre eles: Ipea, MINISTÉRIO DO TURISMO, BNDES, IBGE e Sebrae. A quarta seção é composta pela conclusão da pesquisa,

seguido pelas as referências bibliográficas que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

2. O MERCADO DE TRABALHO SOB A LUZ DAS TEORIAS ECONÔMICAS

Segundo Borjas (2012), dentre os campos de pesquisa explorado pela economia, o mercado de trabalho tem uma relevância significativa na construção de muitas teorias e estudos econômicos. A interação entre os principais agentes econômicos nesse mercado se torna importante, pois, além das questões econômicas, outros temas de ordem política e social passam a se relacionar com as experiências existentes no mercado de trabalho.

Continuando seu raciocínio, Borjas (2012), afirma que, entre as questões políticas e sociais que interagem com as questões econômicas estão: a mobilidade da mão de obra - que pode modificar a estrutura demográfica de uma região; a discriminação no mercado de trabalho; a sindicalização; e a natureza de pagamentos de incentivos – políticas governamentais de subsídio e o desemprego. O funcionamento adequado do mercado de trabalho em uma economia é de suma importância para o bem-estar de toda uma sociedade, pois os níveis salariais, taxas de emprego/ desemprego, produtividade e investimento em capital humano são variáveis importantes de análises que permitem aos formuladores de políticas diminuir os problemas relacionados a esse mercado.

Entretanto, diversas teorias de cunho econômico foram levantadas a fim de explicar o funcionamento desse mercado que é muito importante para o desenvolvimento e crescimento econômico. Tais teorias serão apresentadas a seguir:

2.1 A TEORIA CLÁSSICA DO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Oliveira (2007), foi com Adam Smith – considerado o pai da economia clássica – que o estudo sobre o mercado de trabalho veio à tona. A teoria clássica considera o trabalho como um fator de produção escasso, que é ofertado pelas famílias e demandados pelas firmas, cujo objetivo em comum é maximizar seu bem-estar, ou seja, são maximizadores de utilidade e de lucro, respectivamente.

A interação entre firmas e famílias faz com que esse mercado apresente sempre um pleno emprego em sua estrutura, pois a oferta e demanda por trabalho estarão sensíveis ao nível de salário operado. Conforme Occio (1995), o que regula o mercado de trabalho e garante o seu equilíbrio na visão clássica é a flexibilidade de preços e salários, a plena mobilidade da mão de obra e o acesso, por partes dos agentes, às informações relevantes sobre o comportamento do mercado.

2.1.1 Economia clássica: uma breve discussão sobre demanda e oferta da mão de obra no mercado de trabalho

Conforme Pindyck (2015), como detentoras dos meios de produção, as firmas serão as demandantes por serviços de mão de obra dos indivíduos. Essa demanda por trabalhadores vai ser interrompida a partir do ponto em que os custos marginais da firma igualarem a sua receita, pois, à medida que as firmas demandam mais mão de obra, os custos de contratar mais um trabalhador aumentarão. É nesse ponto que a firma irá maximizar seu lucro.

De acordo com Ocio (1995), a demanda por mão de obra na economia clássica é derivada de uma função de produção onde, mantendo-se tudo constante, a produção dependerá unicamente da quantidade de trabalhadores inseridos no processo produtivo. À medida que os consumidores aumentam sua demanda por bens e serviços, as firmas irão demandar mão de obra para suprir essa procura, aumentando, assim, o processo produtivo e o número de pessoas empregadas. Quando o custo marginal por cada trabalhador contratado for superior a receita marginal da empresa, a tendência é que as firmas passem a demandar pouca mão de obra, favorecendo o crescimento do desemprego.

Baseando -se em Froyen (2013), do mesmo modo que as firmas - onde cada uma delas busca maximizar seu lucro -demandam mão de obra, os trabalhadores, que são os ofertantes da força de trabalho, buscam maximizar sua utilidade. A maximização dos trabalhadores pode ser satisfeita pela máxima obtenção de bens e serviços que podem ser obtidos pela remuneração do trabalho e pelo maior tempo de lazer. Portanto, os trabalhadores individuais irão se deparar com a escolha entre trabalho e lazer para obter uma plena satisfação.

Segundo Blanchard (2011), esse *trade-off* entre trabalho e lazer que os trabalhadores se deparam, levará a entender a relação positiva existente entre oferta de trabalho e salário real, ou seja, o trabalhador só trocará lazer por trabalho se as horas trabalhadas oferecerem uma remuneração crescente. Conclui -se que para haver um acréscimo de mão de obra em uma determinada produção – uma oferta maior de trabalho – será preciso um acréscimo no salário real do indivíduo trabalhador.

Consoante Oliveira (2007), a visão clássica da economia considera o insumo trabalho como um produto, no qual os trabalhadores são vendedores de sua força de trabalho e as firmas são os compradores e o salário será o preço desse insumo, que é importante na composição da

produção. Por ser considerado um mercado de concorrência perfeita, as diferenças de preços/salários nas muitas firmas existentes, permitem uma flexibilidade no deslocamento de trabalhadores entre as firmas, permitindo um eventual equilíbrio no mercado de trabalho.

2.2 A VISÃO NEOCLÁSSICA E O INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO NO COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

Na perspectiva da economia neoclássica, a dinâmica entre oferta e demanda por mão de obra também determinará o nível de emprego no mercado de trabalho, e o salário – preço do trabalho – continua sendo uma variável importante para essa determinação. No entanto, surge na teoria neoclássica uma nova variável, que somada a dinâmica entre oferta/demanda por trabalho e o salário, determinará o nível de emprego nesse mercado. Essa variável é conhecida como investimento em capital humano.

De acordo com Oliveira (2007), a medida que, um indivíduo se qualifica ele está visando uma perspectiva de renda futura e ao optar por investir em educação ele está disposto a renunciar a ganhos hoje – relativamente baixo – em troca de ganhos mais altos no futuro. A oferta de trabalho dos indivíduos que optam pela qualificação, terá uma influência sobre os ganhos de produtividade na produção, ou seja, a proporção que o indivíduo se qualifica levará a uma ampliação da atividade econômica e das taxas de lucros do capital.

Voltando à análise clássica sobre o mercado de trabalho, a determinação dos níveis salariais se davam unicamente pela dinâmica da oferta e demanda por trabalho, que assim, determinaria o nível de emprego em uma economia. No entanto, na visão neoclássica o investimento em capital humano no mercado de trabalho, terá um peso importante na determinação dos níveis salariais dos indivíduos, somada a dinâmica da oferta e demanda por mão de obra nesse mercado.

Segundo Lima (1980), mesmo os clássicos considerando que havia uma homogeneidade na mão de obra, era nítido que isso não existia, pois se observou que existia mão de obra de diferentes qualidades. Isso só foi observado, no momento que se incorporou a questão do capital humano da teoria econômica neoclássica. Foi a partir dessa questão, que se pode dizer algo mais sobre as diferenças na qualidade da mão de obra e consequentemente os diferenciais de salários. O investimento em capital humano pode ser feito de várias maneiras - mas especificamente através da educação ou qualificação - e a medida que, se amplia esse

investimento as diferenças na qualidade da mão de obra será nitidamente observada estabelecendo uma relação direta entre habilidade intelectual e a produtividade da mão de obra.

2.3 A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO E A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO NA INTERPRETAÇÃO KEYNESIANA

Diferente da visão clássica e neoclássica, em que a demanda por mão de obra é determinada pelos salários, os defensores do keynesianismo alegaram que a necessidade de demanda por trabalho por parte das firmas se dá, a medida que, o nível de demanda decorrente da produção aumenta ou diminui. Na teoria levantada por Keynes, o nível de emprego na economia seria determinado pelos mercados de bens, por meio da demanda efetiva formada pelos gastos com investimentos (I) e o consumo (C).

Consoante Keynes *apud* Ocio (1995), a falta de emprego na economia estava ligada a redução dos gastos privados, consumo e investimento, e pela exorbitante preferência pela liquidez. Defensor da regularização do estado sobre a economia, ao qual, defendia a tese de que o governo seria capaz de expandir a demanda agregada, melhorando as expectativas empresarial e assim uma expansão no nível de emprego, Keynes propôs que o estado adotasse políticas expansionista – fiscal ou monetária – adequadas que reativaria a demanda, e por consequência, o emprego. Se o emprego, é determinado pela expansão da demanda agregada na economia, o desemprego será determinado pela a insuficiência dela.

De acordo com Pochmann (2015), a proporção do desemprego intrínseco no mercado de trabalho é resultante da incapacidade geral da demanda efetiva em uma determinada economia e não do aumento do custo de contratação de mão de obra realizada pelos donos do meio de produção. Considerado uma variável importante para análise do desempenho econômico de uma nação, o desemprego é uns dos termos implícito na dinâmica e no comportamento do mercado de trabalho e que tal problema pode ser solucionado via intervenção do estado sobre a economia, mas para solucionar tal problema, é necessário verificar qual tipo de desemprego a conjuntura econômica apresenta, para assim criar políticas eficientes para atenuar tal lacuna.

2.4 MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O DESEMPREGO E SUAS CARACTERÍSTICAS NA ECONOMIA

O desemprego, tem se tornado uma variável macroeconômica relevante para análise do desempenho econômico de uma determinada nação. Prever o desemprego é um exercício arrojado, e para chegar a um diagnóstico preciso do combate ao desemprego é interessante entender suas causas e consequências.

No mercado de trabalho, o desemprego é classificado de forma diferenciada. A aplicação básica traduz o desemprego, como o tempo que o indivíduo deixou seu último emprego até o momento de sua recolocação no mercado de trabalho, e segundo Bhanchard (2012), o desemprego também poderá ser definido como: cíclico, friccional, sazonal, estrutural ou tecnológicos.

Consoante Friedman & Phelps (1986), o desemprego só pode ser quantificado corretamente se houver um parâmetro de comparação que permita analisar sua evolução. Esse parâmetro baseia-se na taxa natural de desemprego. O desemprego natural é entendido como uma taxa, formada pela estrutura do mercado e sua interação entre firma e trabalhadores, de modo que a economia exiba desemprego friccional ou voluntário, essa taxa natural de desemprego servirá de marco para explicar as flutuações do desemprego ao longo do tempo. A medida que, há um desvio do desemprego em relação a taxa natural, a economia irá apresentar - em sua estrutura – um desemprego cíclico.

Concomitantemente à Friedman & Phelps (1986), Borjas (2012) afirma que, o desemprego friccional, ocorre no período de curto prazo, onde os trabalhadores optam por deixarem seu emprego atual para se qualificarem ou buscarem outras oportunidades com melhores possibilidades. A análise do desemprego friccional se enquadra também no contexto daqueles que estão em busca de seu primeiro emprego, o que os levam a passar um certo tempo em busca de uma colocação no mercado de trabalho, onde ofereça remuneração e qualidade dadas a formação ou qualificação do indivíduo.

Seguindo seu raciocínio Borjas (2012), afirma que, no desemprego sazonal, sua ocorrência pode vir a ser setorial ou não, é limitado a um determinado período por não existir uma demanda de trabalho homogênea ao longo do tempo para o setor. Ainda de acordo com o citado acima, tais setores que apresentam sazonalidade em sua atividade econômica é descrito

a seguir: agrícola – onde em período de colheita demanda mão de obra temporária no período de safra –, o setor de serviços, mais especificamente o turismo, onde em períodos de férias o setor demanda uma quantidade significativa de trabalho diminuindo por um tempo o desemprego de uma determinada região.

Em determinados países, o número de pessoas disponíveis que ofertam sua força de trabalho supera a demanda por trabalhador, levando o mercado de trabalho apresentar um desequilíbrio, ou seja, o número de empregos disponíveis é insuficiente para manter ocupado todos os indivíduos que o procuram. Esse tipo de situação, ocorrendo de forma prolongada é considerado desemprego estrutural ou tecnológico.

O aumento da mecanização e automação oriundos do progresso tecnológico, modificou consideravelmente o processo de produção de alguns setores da atividade econômica – alterando a combinação de fatores de capital humano e físico na produção – os tornados obsoletos. Conforme Duarte & Ribeiro (2016), a globalização da economia, nos anos de 1970, aumentou de forma significativa o desemprego estrutural, dado que a competitividade não foi a mesma para os diferentes setores da economia, bem como para as relações internacionais por eles criados.

No que tange aos desvios da taxa de desemprego em relação a sua taxa natural, tal situação é caracterizada como desemprego cíclico ou conjuntural, uma vez que, estão ligadas às alterações no ritmo da atividade econômica – ressaltando em períodos de recessão e suavizando-se em períodos de expansão. O desemprego em uma determinada economia, pode ser causado por fatores institucionais – ligadas a intervenção do poder público e dos sindicatos trabalhistas – no mercado de trabalho.

De acordo com Borjas (2012), o impacto dos sindicatos no mercado de trabalho além de dependerem dos fatores políticos e institucionais que regulamentam a relação entre trabalhadores e empresas, irá depender também de fatores que movimentam os sindicatos a buscarem estratégias – como fazer convecção coletiva de aumento salarial. Tal decisão fará com que os custos empresariais aumentem, levando as firmas a conter gastos, dispensando a mão de obra e aumentando o número de desempregados na economia.

Dadas as diversas nuances no qual o desemprego se apresenta, exige-se do formulador de política uma agilidade capaz detectar o tipo de desemprego vigente e procurar adaptar sua

política ao contexto exigido pela conjuntura econômica. Os casos de ciclos recessivos na economia levarão ao aumento no desemprego, afetando o bem-estar social da população.

Em conformidade com Licha (2015), o aumento da perda social - consequência de alta na taxa de desemprego – está relacionado com a diminuição na renda dos indivíduos que levará a diminuição do consumo, investimentos produtivos por parte do produtor, aumento nos números de doenças e criminalidade e por fim o aumento de um mercado de trabalho informal na economia. Essa situação levará muitos formuladores de políticas amenizar a perdas do bem-estar social – resultante da dificuldade de relocação dos trabalhadores em outros quadros funcionais.

Como uma área de ampla discussão, o mercado de trabalho moderno além de apresentar características econômicas, irá explorar questões de âmbitos sociais – a discriminação no mercado de trabalho e a informalidade – são exemplos, e serão discutidas brevemente a seguir.

2.5 QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS DO MERCADO DE TRABALHO: A DISCRIMINAÇÃO COMO CAUSA DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E A INFORMALIDADE ENQUANTO SAÍDA AO DESEMPREGO

Substancialmente, as diferenças salariais têm sua gênese na formação e qualificação do indivíduo, ou seja, no capital humano acumulado e nas diferentes atividades econômicas existentes. Os trabalhadores apresentam características específicas que estão ligadas a suas habilidades, formação, conhecimento e experiência para cada ocupação. Segundo a teoria do capital humano, a medida que, o indivíduo se especializa, maiores serão os ganhos futuros em relação aquele trabalhador pouco especializado.

Conforme Mochón (2007), a educação, o conhecimento e o grau de instrução em geral colaboram, e proporcionam aos trabalhadores qualidades e habilidades para seu desenvolvimento profissional, tais fatores aumentam sua produtividade e consequentemente, sua remuneração. Além da formação educacional, os anos de experiência no posto de trabalho, leva ao trabalhador a obter um certo nível de capital humano acumulado, devido a seus longos anos de experiência.

Entretanto, Oliveira (2007), afirma que, as diferenças salariais podem envolver fatores que seja além de uma boa formação educacional, anos de experiência e capital humano acumulado. Questão de âmbito social pode influenciar nas diferenças salariais dos trabalhadores,

outra causa que leva a heterogeneidade salarial é a discriminação, existente no mercado de trabalho.

Em essência, existe discriminação quando o mercado oferece diferentes oportunidades a pessoas similares que se diferenciam somente pela origem étnica, sexo, idade e outras características pessoais. A discriminação tem origem de algumas pessoas contra certos grupos da sociedade (MOCHÓN, 2007, p. 113).

Fazer uma distinção do efeito da discriminação no mercado de trabalho sobre a renda dos indivíduos, pode se tornar uma tarefa um pouco complexa. Sistemáticamente, a justificativa das diferenças salariais pode estar ligada em parte a discriminação e a outra, ao capital humano e aos diferenciais compensatórios. “As diferenças compensatórias salariais, consistem em compensar as características não monetárias dos diferentes postos de trabalhos,” (MOCHÓN, 2007, p. 112).

Outro fator de âmbito social relacionado ao mercado de trabalho, é a informalidade, onde muitas vezes é uma saída ao desemprego, encontrada por alguns indivíduos na sociedade. A economia informal e consequentemente o mercado de trabalho submerso, é característico de países periféricos, onde normalmente apresentam baixos índices salariais.

De acordo com Santos *et al.* (2016), é observado que a informalidade é crescente em países subdesenvolvidos, e o que vem justificar tal característica é a alta carga tributária -que na maioria das vezes é mal distribuída – aliado a isso estão também o crescente índice de corrupção, a redução forçada do tempo de trabalho, desemprego e inflação elevada. A incompatibilidade entre as exigências do mercado de trabalho, e as condições de qualificação e habilidade dos indivíduos, contribuem para a existência de um mercado de trabalho informal na economia.

Alguns estudiosos do mercado de trabalho informal, afirmam que verificar as causas de formação do mercado informal é um pouco complexa, pois, a entrada na informalidade pode ser involuntária ou não, como forma de vida que lhe satisfaça.

A estrutura ocupacional da informalidade é complexa e heterogênea, mas, pelo menos para muitas pessoas, ela oferece muita possibilidade. É natural, portanto que muitos indivíduos prefiram ficar na informalidade, exatamente porque encontra suas melhores possibilidades de trabalho e renda; outros tantos, por não disporem de requisitos necessários ao mercado formal, acabam ficando na informalidade por falta absoluta de alternativa; e, outros ainda entram e saem da informalidade conforme a altas e baixas conjunturais do nível da atividade econômica como um todo (MENEZES e DEDECCA, 2012).

Conforme Menezes & Dedecca (2012), o mercado de trabalho informal, inclui em seu escopo vantagens e desvantagem para o indivíduo trabalhador. Por ser um tipo de atividade, onde a força de trabalho na maioria das vezes não possui despesas previdenciárias, e não possuem registros de órgão competentes de suas atividades, os direitos desses trabalhadores informais se tornam cada vez mais extintos. Ao optar pela informalidade, o trabalhador irá preferir um ganho presente de uma renda elevada em detrimento, as suas condições futuras de renda “estável” no fim de sua vida profissional.

De forma contrária, Santos *et al.* (2016), afirma que, a informalidade tem suas vantagens, pois, pode leva a uma competitividade no mercado, trazendo eficiência no que tange a sua dinâmica, proporcionando ao governo uma visão mais delineada para suas ações, adicionando dinamismo e um espírito “empresarial” a economia. Ainda conforme os autores, a informalidade levará uma transferência de renda ao setor formal da economia, que beneficiará o crescimento econômico e a receita arrecadada com impostos indiretos.

O avanço da globalização e reestruturação produtiva da economia, oriundas no fim do século XX, influenciaram na mudança do mercado de trabalho principalmente nos países subdesenvolvidos. Conforme Santos (2008), as mudanças ocorridas no mercado de trabalho foram mais negativas, pois, a desestruturação dele se deu com o afrouxamento dos direitos trabalhista, as novas formas de demanda por mão de obra – via flexibilização, terceirização – e por fim com o crescimento do desemprego.

O desemprego, como fenômeno social e econômico pode levar a uma redução do bem-estar de uma sociedade, provocando a redução da renda do indivíduo, a precariedade nas relações e condições trabalhista. Como um escape ao desemprego, os indivíduos procuram novas formas de relações trabalhistas, e em muitas economias subdesenvolvidas, o aumento da prática trabalhista flexíveis e sem garantias de direitos sociais se dá via mercado de trabalho informal.

Ao observar os índices de ocupações, Maciente (2008) afirma que, o amplo campo de atividade econômica existente em uma economia pode levar a algumas atividades apresentar um certo tipo de concentração de trabalho, sendo ela informal ou não. Levando em consideração o mercado formal, a concentração do emprego em um determinado setor tem se tornado objeto de estudo no que tange ao mercado de trabalho, facilitando a compreensão da dinâmica de concentração de trabalho nos diversos setores da economia.

2.6 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SEU COMPORTAMENTO NO PANORAMA SETORIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Na última década, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma evolução de extremo vigor puxada por o aumento na taxa de crescimento da economia brasileira, e do investimento. Conforme Amitrano (2015), a evolução do mercado de trabalho permitiu uma redução nos indicadores de pobreza, da desigualdade de renda e da taxa de desemprego, essa redução foi devido ao aumento da ocupação de trabalhadores com carteira assinada, a expansão do salário médio e da massa salarial.

Muitas das atividades da economia brasileira, apresentaram um dinamismo e o seu crescimento em termos de produto foi relevante para o aumento da demanda por mão de obra. As atividades que potencializaram esse crescimento foram as ligadas a construção civil, a indústria extrativa, o comércio, os intermediários financeiros e com destaque o setor de serviços. Não obstante, outras atividades apresentaram um crescimento não muito significativo a exemplo, aquelas ligadas ao setor agrícola.

Em linha com a literatura macroeconômica, se o produto de uma economia está em expansão, conseqüentemente se eleva a renda dos agentes da economia – principalmente das famílias – e o consumo por bens e serviços ofertados pelas empresas, para suprir a demanda as firmas aumentam sua capacidade de produção através de investimento produtivos. A medida que, a capacidade de produção se eleva, o mercado de trabalho é favorecido pela diminuição nos níveis de desemprego e o aumento nas ocupações, porém, para que isso aconteça é necessária uma conjuntura econômica favorável.

Segundo Amitrano (2015), a taxa de crescimento das ocupações entre os setores da economia brasileira foi diferenciada, ele elenca que o setor agrícola apresentou um desempenho não muito significativo, chegando a apresentar taxa negativas de crescimento entre os anos 2007 -2011. Ainda no seu estudo sobre o mapa setorial de emprego, o autor dá ênfase ao crescimento das ocupações no setor de serviços, com taxa de crescimento e estabilidade bastante elevada.

O setor de serviços, apresenta em sua estrutura atividades econômicas muito heterogênea onde a mão de obra intensiva, se sobre põe a utilização de capital, ou seja, é baseada especificamente em mão de obra e utiliza pouco capital. Não obstante, consoante Santos &

Moreira (2006), devido a reestruturação produtiva na economia, em algumas atividades do setor o uso de capital intensivo supera a mão de obra intensiva, a exemplo, telecomunicações e a intermediação financeira.

Conforme Sá (2015), a população ocupada no Brasil se elevou em todos os setores da economia brasileira, cujo o número de indivíduos ocupados no ano de 2014 chegou a 277.041 mil pessoas. Ainda conforme o autor, o destaque se dá ao setor de serviços e comércio – que compõem o setor terciário da economia – mas precisamente o comércio. O peso do setor terciário permaneceu como grande contribuinte, com cerca de 76,54 % do total das pessoas ocupadas em 2014 (SÁ, 2015, p. 30).

Silva (2005), enfatiza que as relações de trabalho nesse setor se dão de forma interpessoal na prestação de serviços, e que vem se expandido ao longo dos anos. A demanda e oferta por bens e serviços é intensa, movimentando os volumes de transações entre o produtor e consumidor. Dentre os serviços ofertados, estão aqueles voltado ao turismo, onde diversos negócios voltados a essa atividade, vem se expandido ao longo dos anos e contribuído para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma região, movimentado principalmente o mercado de trabalho.

A evolução do turismo como atividade econômica e sua importância para economia - no que tange ao desenvolvimento regional e na geração de emprego - será tratada na próxima seção.

2.7 A ECONOMIA DO TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

A economia do turismo apresentou nos últimos anos uma evolução, no que tange, ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial e no Brasil. Nessa conjuntura favorável, a atividade turística se tornou responsável por cerca de 10% da geração de renda e cerca de mais 230 milhões de empregos em todo o mundo, influenciando também no desenvolvimento socioeconômico de algumas nações, em especial os países em desenvolvimento (SANTOS & CADOTA, 2012).

O aumento da atividade turística cria um efeito multiplicador sobre outros setores, uma vez que, além do crescimento da demanda dos bens e serviços turísticos, proporciona a expansão de outras atividades. Essa dinâmica multiplicativa, leva a uma ampliação na receita

das empresas, elevando os investimentos produtivos, e por ser um setor intensivo em mão de obra leva a uma expansão do mercado de trabalho, elevando os números de empregos e o nível de renda, e o bem-estar do indivíduo trabalhador.

Segundo Ribas (2013), a economia do turismo proporciona uma integração intersetorial, onde o fortalecimento dessa atividade proporciona crescimento de diferentes regiões que lhe explora aquilo de maior riqueza. A medida que, a atividade turística é estabelecida, a renda de regiões mais rica será transferida – via consumo por bem turístico -, para as regiões menos desenvolvida e que possui um potencial turístico.

Para atender a quantidade crescente de turista e viabilizar a logística regional, se faz necessário uma melhora na infraestrutura da região – via políticas públicas. Tais políticas favorecem, o crescimento e surgimento de outras atividades econômicas e em consequência o desenvolvimento regional e socioeconômico, principalmente a criação de novos postos de trabalho.

Os reflexos positivos da expansão do turismo na economia, como as ampliações das divisas, renda e do mercado de trabalho nas múltiplas segmentações que o setor abrange, e relevância no cenário econômico mundial, a economia do turismo vem despertando interesse dos formuladores de políticas para o setor. Segundo a EMBATUR (2015) o setor turístico representa cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, empregando cerca sete milhões de pessoas.

No Brasil políticas públicas em favor da atividade turística foram estabelecidas, no entanto, muitas delas não teve efeito muito significado para o crescimento do setor. Duas delas criadas na década de 1990, foram de mudanças institucionais com a criação da EMBATUR visando formular, coordenar e executar o PLANTUR (Plano Nacional do Turismo). Conforme Ribas (2013) o PLANTUR não saiu do papel, devido as instabilidades econômicas ocorrida na década de 1990.

A segunda política, a PNT (Política Nacional do Turismo) implementada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, teve um caráter de descentralizar a gestão do turismo do governo central e distribuindo para os estados e municípios, outra ação estratégica do PNT foi buscar qualificar os indivíduos para essa atividade. Ainda que o objetivo da política fosse fomentar a economia brasileira, tal objetivo não foi alcançado pois, se via um crescente aumento

no número de pessoas desocupadas, onde a política tinha a intenção de gerar novos postos de trabalho ao descentralizar a gestão do turismo do governo central.

No Brasil, o setor turístico ganhou força a partir de 2007, devido a criação do plano nacional do turismo - visando o crescimento econômico do turismo e o desenvolvimento social - que por muitas vezes o fluxo de consumo por produtos turísticos acompanhou a tendência de expansão da economia brasileira. Ribas (2013), afirma que, o setor se tornou uma fonte que potencializou as oportunidades de emprego na economia, pois, envolve uma cadeia produtiva baseada no forte uso de mão de obra diversificada.

O Plano Nacional de Turismo, foi reimplementado no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), cujo objetivo era potencializar a atividade turística no Brasil e explorar aquelas regiões menos desenvolvidas. Tal política visava o desenvolvimento regional e socioeconômico com mais acesso de pessoas ao mercado de trabalho, a partir do aquecimento do turismo. Como afirma Ribas (2013), o turismo veio responder a essa política a partir de 2007, e foi motivo para a implementação do segundo Plano Nacional de Turismo, com o novo governo do de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010).

O segundo Plano Nacional de Turismo, voltou sua visão para a inclusão social do turismo, responsável pela geração de emprego e renda como também a prioridade ao crescimento econômico dando ênfase ao mercado interno e estimulando o acesso de mais pessoas a atividades turísticas. A inclusão social se daria por duas vias: a da produção, que proporcionaria maior números de postos de trabalho e renda e que absorveria novos turistas ao mercado interno. Segundo Ribas (2013), tal política trouxe resultado bastante positivo.

O plano trata de ações por meios de curso de qualificação profissional, geração de emprego, da incorporação das camadas de mais baixa renda como clientes do mercado turístico, seja pela adoção de políticas segmentadas para aposentados trabalhadores e estudantes, estimulando assim, a inclusão social (RIBAS, 2013, p.13).

Como a pesquisa compreende os anos de 2006 a 2016, nesse período um novo Plano Nacional de Turismo foi lançado. Com a eleição de Dilma Rousseff o Plano Nacional de Turismo (2013-2016), visava agora pautar sua atenção aos grandes eventos esportivos que foram realizados, a copa do mundo Brasil 2014 e os jogos olímpicos RIO 2016. Tal plano tinha como objetivo: Preparar o setor de turismo para os grandes eventos esportivos, incrementar a geração de divisas, melhorar a qualidade e competitividade do turismo brasileiro e no que tange ao mercado de trabalho, aumentar as ocupações formais no turismo em 3,6 milhões até 2016.

Conforme Kadota & Santos (2012), o turismo é um setor passivo da economia, sendo influenciado na maioria das vezes pelas condições macroeconômicas, ou seja, se a economia de um país está em constante expansão, isso refletirá de uma forma positiva o setor de turístico – elevando a demanda por produtos turísticos, movimentando positivamente o mercado de trabalho e um aumento na renda da região turística. No que tange a composição das atividades turísticas, predominam o lazer, a hospitalidade, entretenimento e recreação.

Em situações de instabilidade econômica, a atividade turística muitas vezes não sentirá os efeitos negativos dela, pois, nessa conjuntura as divisas estrangeiras doméstica tende a aumentar, com a vinda de turistas estrangeiros ao país doméstico. Isso ocorre, pois, em períodos de retração econômica a tendência é de uma desvalorização da moeda local, beneficiando assim o turista estrangeiro, com isso, os bens e serviços dos produtos turísticos ficam mais acessíveis mantendo constante o fluxo econômico do setor e melhorando as divisas do país.

Referindo -se ao mercado de trabalho, Kadota & Santos (2012), afirma que tal mercado possui característica peculiar se comparado as outras atividades econômicas. Para os autores, o mercado de trabalho turístico possui uma ocupação de mão de obra de baixa qualificação. Porém tal afirmação tende a ser quebrada, pois devido a importância do turismo e sua representatividade na composição do Produto Interno Bruto (PIB), políticas públicas voltadas a qualificação dos indivíduos ocupados nesse setor tem se tornando crescente.

Outras características irão diferenciar o mercado de trabalho do turismo de outros setores são: a Intensidade do trabalho, a baixa exigência de qualificação profissional, a sazonalidade do emprego e alta rotatividade. A intensidade do trabalho se dá pelo fato do turismo ser uma atividade de uso intensivo de mão de obra, e pouca intensiva de capital, sendo um setor estratégico para criação de políticas públicas de emprego, quando a geração de emprego é o objetivo dos formuladores de políticas.

Como a atividade turística apresenta na maioria das vezes certas instabilidades – relacionada a sazonalidade e não ao desempenho da atividade econômica de um país -, o mercado de trabalho turístico também irá apresentar essas características. A sazonalidade aliada a baixa qualificação na formação dos trabalhadores, faz com que a atividade tenha um certo nível de rotatividade maior se comparado aos outros setores.

Posto isso, o próximo capítulo consiste em explorar e analisar o comportamento dessa atividade econômica que se apresentou em constante expansão nos últimos anos, dando ênfase ao mercado de trabalho.

3. DESEMPENHO DA ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO

Esta seção tem como objetivo analisar o desempenho da economia do turismo no Brasil, destacando o comportamento do mercado de trabalho nesta atividade de substancial importância na composição do produto real brasileiro. A metodologia de pesquisa baseou-se em apanhados obtidos em órgãos oficiais: Ministério do turismo, IPEA, Ministério do trabalho – apoiando-se nos dados da RAIS e CNAE – que contribuíram para análise das estatísticas descritivas que discorre a pesquisa.

Como um dos subsetores do setor de serviços, o turismo tem um papel fundamental para o desenvolvimento e crescimento de muitas regiões. No Brasil, o setor turístico ganhou força a partir de 2007 com a criação do plano nacional do turismo, que visou o crescimento econômico do setor e o desenvolvimento social, se tornando uma fonte que tende potencializar as oportunidades de emprego na economia, envolvendo uma cadeia produtiva baseada no forte uso de mão de obra diversificada.

Tabela 3.2: Participação do turismo na composição do PIB brasileiro

PARTICIPAÇÃO DO TURISMO NO PIB	
Ano	Participação %
2006	3,6
2007	3,6
2008	3,6
2009	3,7
2010	3,7
2011	3,6
2012	3,7
2013	3,5
2014	3,6
2015	3,5
2016	3,2

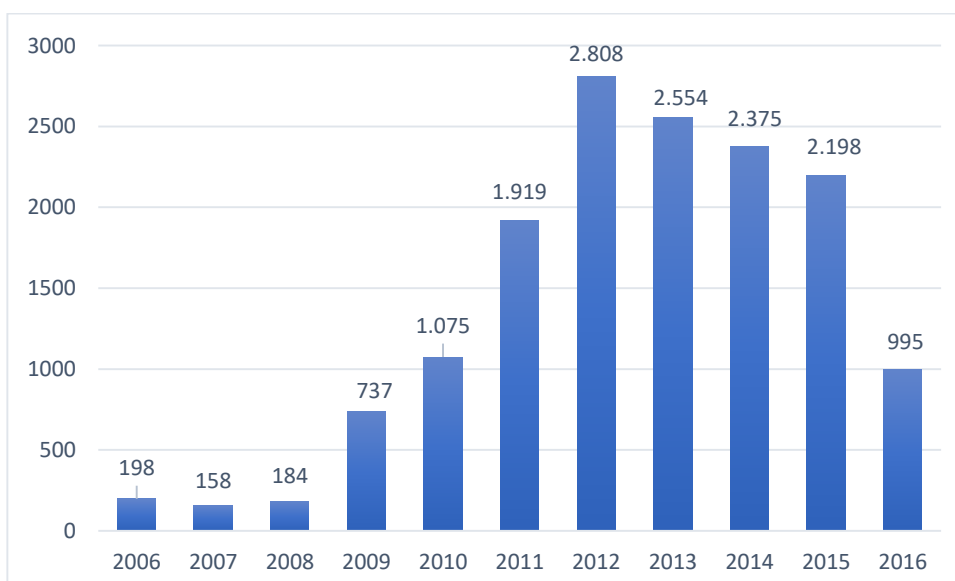
Fonte: DATASEBRAE (2018)

Responsável por cerca de 10% da renda mundial com mais de 230 milhões de empregos a participação dessa atividade na composição do PIB brasileiro girou em média 3,57%, sendo um dos responsáveis de peso para o crescimento do setor de serviços. É observado que, entre

os anos de 2006 a 2012 a participação da atividade turística oscilou entre 3,6% e 3,7%, comparando aos anos posteriores, esse foi o período onde a economia do turismo registou um crescimento expressivo, puxado pelo bom desempenho da economia brasileira.

Segundo a teoria econômica, a medida que há um crescimento na renda das famílias o consumo destes tende a aumentar e para suprir a demanda por bens e serviços as firmas procuram aumentar seus investimentos produtivos. Para aumentar sua capacidade produtiva, as firmas recorrem na maioria das vezes a investimentos via empréstimos seja por setor público e privado. Como é observado uma participação expressiva do turismo na composição do PIB, obviamente se ouve um investimento de muitas firmas desse setor, e segundo dados do BNDES esses investimentos a cada ano aumentava via concessão de crédito.

Gráfico 3.1: Concessão de crédito ao setor de turismo para investimento via BNDES em milhões



Fonte: BNDES (2018)

As linhas de crédito do BNDES ao turismo compreendem várias segmentações, como o apoio a grandes empreendimentos via financiamento para construção e reformas de hotéis, pousadas, centro de convenções e parques temáticos como também o apoio a cultura, favorecendo também o desenvolvimento de infraestrutura voltado a mobilidade urbana, que beneficia a logística de uma determinada região.

É possível observar que o volume de crédito voltado para investimento na atividade turística cresceu expressivamente entre os anos 2006 a 2012, cujo seu crescimento compreendeu a 92,94%. O maior volume de crédito voltado para investimento ocorre em 2012 com um total de 2.808 milhões, onde 55,84% do total desses investimentos foram destinados para os segmentos turísticos voltados para arte, cultura e esporte, seguido pelo setor de alojamento e alimentação com 24,71% enquanto o setor de transporte aéreo foi beneficiado com 19,44% desses investimentos.

Segundo o Ministério do Turismo (2018), os segmentos elencando acima compõe as ACTs – Atividades Características do Turismo – é possível observar na tabela abaixo o volume de crédito destinado a investimento nesses segmentos durante os anos que compreende esta pesquisa. Os demais segmentos que compõem as ACTs são formados por: transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte.

Tabela 3.2: volume de crédito em milhões para investimento via BNDES as ACTs

INVESTIMENTO POR SEGMENTO VIA BNDES			
Ano	Alojamento e alimentação	Artes, cultura e esportes	Transporte aéreo
2006	85	19	94
2007	116	23	19
2008	135	50	11
2009	190	77	470
2010	382	122	571
2011	563	961	395
2012	694	1.568	546
2013	909	1.310	335
2014	1.113	715	547
2015	876	171	1.022
2016	549	126	320

Fonte: BNDES (2018)

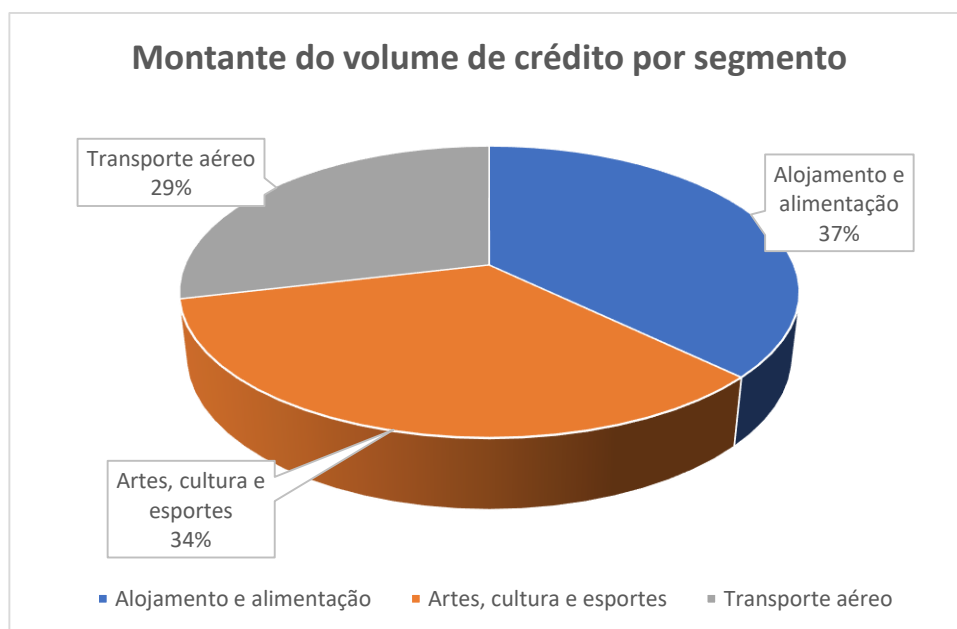
Somando o montante anual de cada segmento, a partir de 2013 o volume de crédito voltado aos investimentos na atividade turística começa a apresentar um declínio que comparando os anos de 2012 a 2016 chegou a aproximadamente 65%, o impacto maior dessa queda se dá entre os anos de 2015 e 2016 cujo o percentual chega a 54,73% do volume de crédito voltado aos investimento. Os dois últimos anos em questão compreendem um período onde a economia brasileira apresentou uma forte retração da atividade econômica, com elevado

índice de inflação, altas taxas de juros e uma crise política que influenciou os rumos da economia brasileira.

Segundo Licha (2015), se uma economia apresenta elevados índices inflacionários a política monetária terá um papel importante sobre o montante do volume de crédito, pois para controlá-la é preciso que haja uma elevação na taxa básica de juros até que se controle o índice inflacionário. A economia operando com uma taxa de juros maior que a natural, as expectativas dos agentes econômicos – principalmente os empresários – diminuem e, conseqüentemente, os investimentos produtivos, afetando a demanda agregada e o nível de empregos.

Com base na tabela 3.2, se somado todo o montante por segmento durante o período analisado, o volume de crédito destinado ao segmento de alojamento e alimentação somou um total de 5,612 milhões, seguido pelo ACE (artes, cultura e esporte) e transportes aéreos com 5,142 e 4,330 milhões, respectivamente. Em termos percentuais, o setor de alojamento e alimentação foi o maior beneficiado com total de volumes de crédito para investimentos.

Gráfico 3.2: volume de crédito em % por segmentação das ACTs



Fonte: BNDES (2018)

O período que compreende a pesquisa, e especificamente no ano de 2007, é lançado o mais novo PNT, visando um maior nível de investimento na atividade turística, com intuito de ampliar a cadeia produtiva e, por conseqüência, o número de ocupações, ou seja, facilitar o

investimento para ampliação dos níveis de emprego. Com a ampliação dos investimentos - principalmente via BNDES-, a economia do turismo pode experimentar uma melhora no seu mercado de trabalho, principalmente nos números de ocupações das ACTs.

O aumento dos investimentos voltados para infraestrutura de uma determinada região ou para construção e ampliação de estabelecimentos turísticos a demanda por mão de obra é essencial para suprir tais necessidades. Considerado um setor socialmente importante, os níveis de ocupações formais e informais na economia do turismo foi se ampliando durante o período em questão. Essa realidade pode ser constatada na tabela abaixo:

Tabela 3.3: Números de ocupações nas atividades características do turismo

OCUPAÇÕES NAS ACTs	
Ano	Ocupações
2006	18.407.019
2007	19.137.288
2008	19.675.494
2009	19.872.309
2010	20.718.546
2011	21.570.788
2012	21.886.087
2013	21.118.723
2014	21.530.774
2015	22.228.486
2016	22.368.598

Fonte: Ministério do turismo (2018)

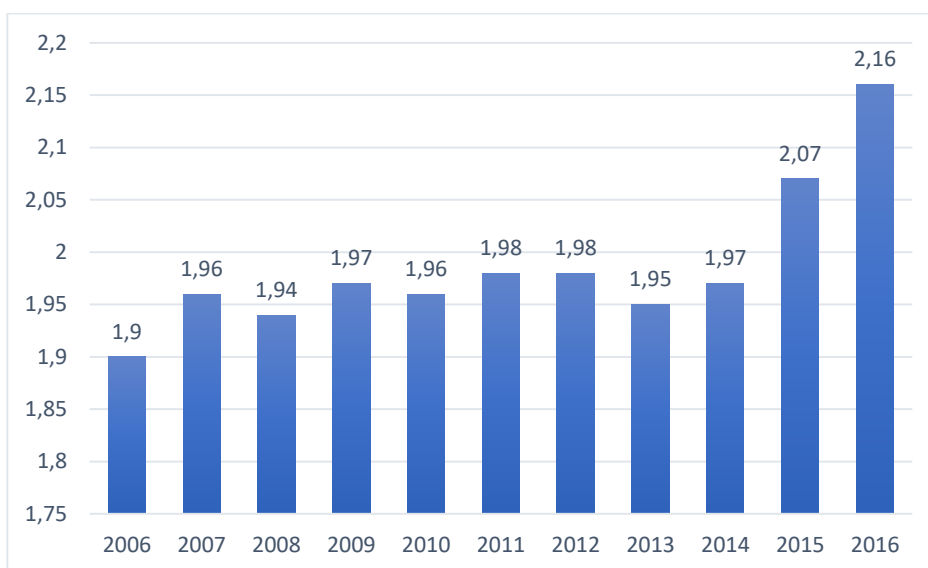
A tabela 3.3, mostra o número de ocupações gerais (formal e informal) no mercado de trabalho turístico, ao analisar sua evolução, o número de ocupações registou um crescimento de 17,71 entre os anos de 2006 a 2016. É possível também notar que, o período de 2006-2012 o número de ocupações cresce continuamente e perde 767.364 milhões de empregos em 2013. Com os grandes eventos esportivos realizados no Brasil em 2014 e 2016 a economia do turismo apresenta folego e o número de empregos voltar a subir em contrapartida da demanda por trabalhadores - por parte das empresas-, com o objetivo de suprir as necessidades dos consumidores turistas no mercado.

O número total de ocupações de todas as ACTs, entre os anos que compreende a pesquisa, chegou a um patamar de aproximadamente 228,514 milhões de empregos gerados

pelo mercado de trabalho turístico. Segundo dados do Mtur, os segmentos que mais concentra mão de obra é o de alojamento e alimentação com aproximadamente 153,900 milhões que compreende cerca de 67,34% das ocupações totais, seguido pelo segmento de transporte terrestre e as agências de viagens que corresponde a 46,517 e 11,978 milhões com 20,35% e 5,24% respectivamente do total de geração de empregos. Os Segmentos de transporte aéreo; transporte aquático; lazer e cultura; aluguel de transporte (que compoem os demais segmentos das ACTs), somam 16,116 milhões que equivale a 7,07% das ocupações.

A participação no número de empregos gerados na atividade turística, se comparado com o mercado de trabalho de todas as atividades que compõe o PIB brasileiro também foi verificado, como apresenta o gráfico 3.3. Fazendo uma média ponderada da participação do turismo na geração de emprego no período em questão, ele foi responsável por 1,98% dos empregos gerados na economia brasileira.

Gráfico 3.3: Participação em % na geração de emprego na economia



Fonte: Ministério do turismo (2018)

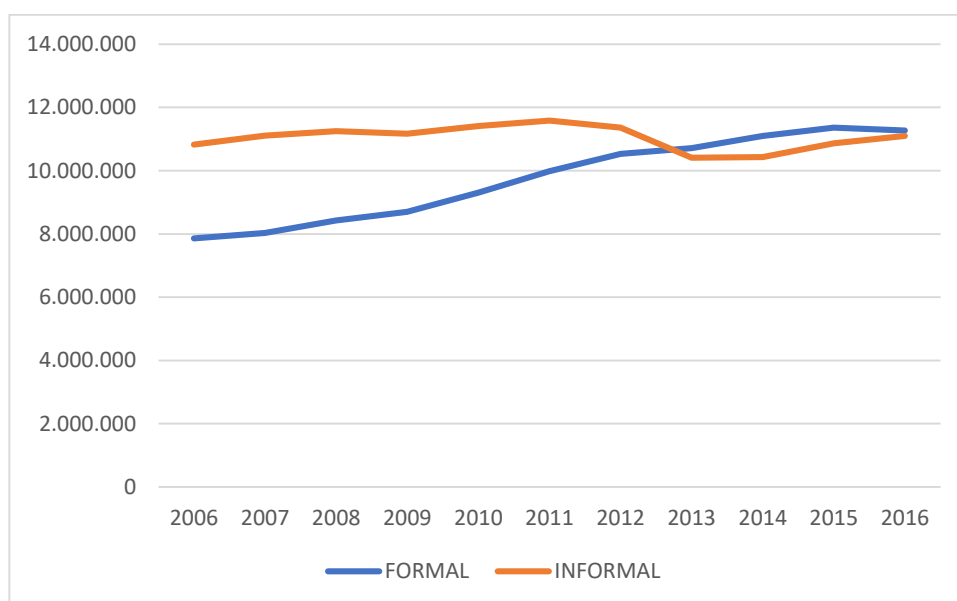
O turismo é umas das atividades entre as demais da economia, brasileira onde seu potencial de geração de emprego se equipara com a da construção civil. Segundo Takasaco *et.al* (2010), a renda e o números de pessoas ocupadas na atividade turística, tem um potencial que supera a indústria extrativa mineral e a indústria de utilidade pública como também, gera um efeito multiplicador para as demais atividades econômicas.

Nota-se, no gráfico 3.3, que entre os anos de 2014 a 2016 a participação no número de pessoas ocupadas na atividade turística, em relação a todos os setores, foi uma das maiores dentre as outras atividades. A contribuição para essa maior participação está ligada aos grandes eventos esportivos que ocorreram em 2014 e 2016, como, também, a retração de algumas atividades oriunda de uma conjuntura de crise econômica e política que o Brasil enfrentou entre 2015 e 2016.

Umas das questões de discussões que surgem acerca do mercado de trabalho é a informalidade e a formalidade, cujo os temas suscitam debates em diferentes países e contextos. No que tange a informalidade, classifica-lo se torna subjetivo, pois, diferentes correntes o conceituam de forma diferenciada. De acordo com Dalberto (2014), a literatura brasileira voltada a essa questão enquadra como trabalhadores informais aqueles não possuem carteira assinada, já outras a classificam como aqueles trabalhadores que trabalham por conta própria e não contribuem para a previdência.

Baseado nesse pressuposto, a pesquisa buscou identificar o quantitativo das ocupações formais e informais que a economia do turismo compõe em sua estrutura. A relação entre trabalhadores formais e informais é apurada no gráfico abaixo.

Gráfico 3.4: Natureza das ocupações nas atividades características do turismo ACTs



Fonte: Ipea (2018)

Segundo os dados da Pnad contínua (2017), a informalidade no mercado de trabalho vem apresentado crescimento e levantado preocupações no que tange a questão da previdência social, onde 44,5% do emprego na economia brasileira são de trabalhadores informais. Comitente a questão previdenciária, a informalidade pode levar a redução do bem-estar de muitos trabalhadores, pois alguns direitos, como: férias, remuneração por tempo de serviço, acesso a saúde e lazer que algumas instituições formais oferecem, dentre outros não oferecidos em uma economia subterrânea.

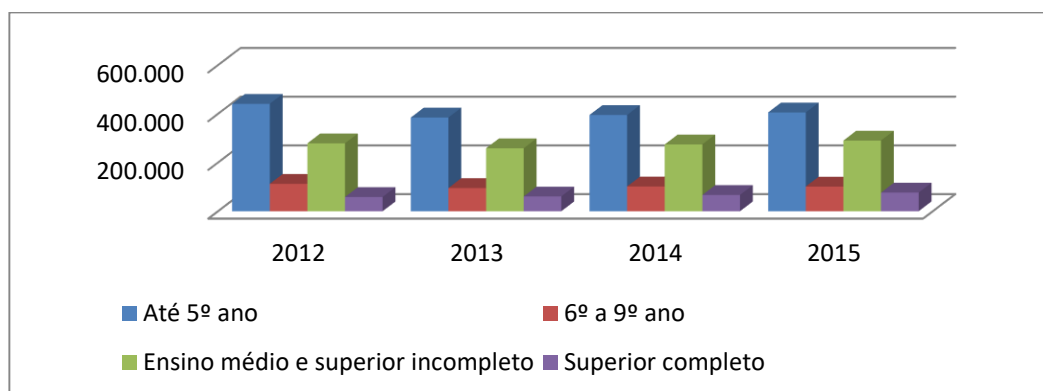
Analisando a natureza das ocupações nas atividades características do turismo (ACTs), a taxa de ocupação de trabalhadores informais no setor, chegou a 53,17% contra 46,82% dos trabalhadores formais, entre os anos de 2006 a 2016, totalizando 121,505 e 107,280 milhões das ocupações informais e formais, respectivamente. É importante identificar em quais das atividades características do turismo se encontram uma maior concentração de trabalhadores formais e informais nesse mercado de trabalho.

Dentre as oito ACTs analisadas, as atividades que apresentam uma maior concentração de empregos formais são ligadas a alimentação, alojamento e transporte terrestre, com total de 90,290 milhões (destaque para o setor de alimentação com 38,246 milhões de empregos formais). Observando a concentração nas ocupações informais, foi possível verificar que os mesmos setores que concentram um maior quantitativos de trabalhadores do setor formal, dominam também a informalidade do mercado de trabalho turístico, com 110,127 milhões, tendo como destaque a atividade do ramo alimentício em 77,788 milhões de ocupações. As atividades que concentram uma menor centralização de trabalhadores formais e informais são, respectivamente, transporte aquaviário e transportes aéreos, com 438.661 e 456.221 mil cada.

Voltando à análise do gráfico 3.4, é notado que a trajetória das ocupações formais e informais ao longo do período pesquisado se comporta de forma diferente. Enquanto há uma movimentação constante nas ocupações informais entre os anos de 2006 a 2011, as ocupações formais apresentam uma trajetória crescente nas ACTs, onde tal crescimento se atribui a criação do segundo plano nacional do turismo em 2007, visando a geração de emprego e renda, como também a prioridade ao crescimento econômico, dando ênfase ao mercado interno e estimulando o acesso de mais pessoas às atividades turísticas, favorecendo, assim, a formalidade no mercado de trabalho turístico.

No que tange à ascensão das ocupações informais nos últimos anos da pesquisa, é interessante relacioná-la com a conjuntura econômica que o Brasil apresentou, onde a crise política, somada a retração do nível de atividade, favoreceu o crescimento do desemprego e, como saída, muitos indivíduos buscaram a informalidade. Relacionando a natureza das ocupações (formalidade e informalidade) com o nível educacional dos indivíduos no mercado de trabalho turístico, é possível verificar que no mercado de trabalho informal há uma maior concentração de mão de obra de trabalhadores que possuem até o 5º ano, como mostra o gráfico 3.5.

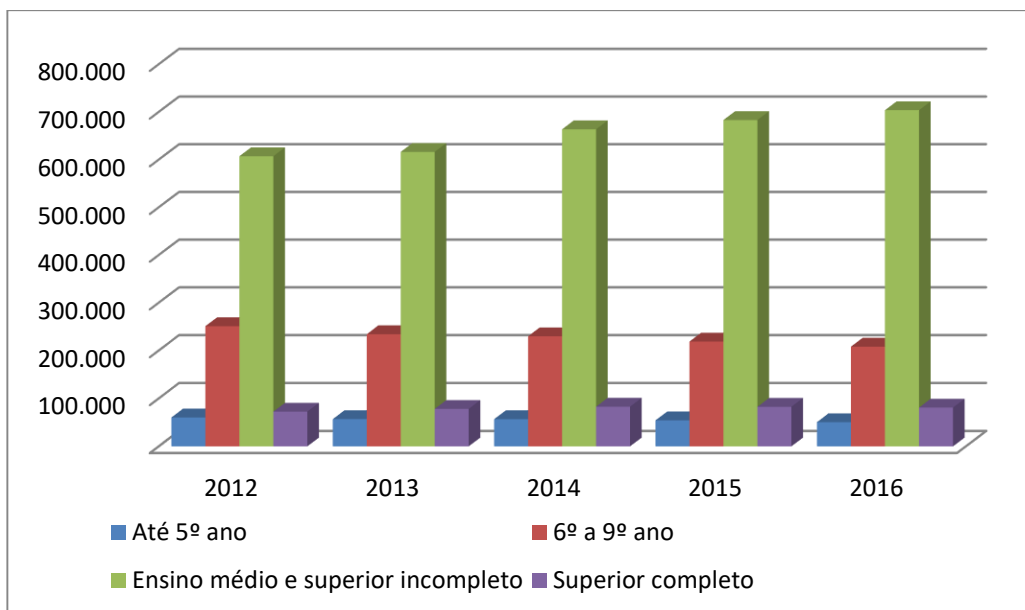
Gráfico 3.5: características das ocupações informais do turismo – Nível de escolaridade



Fonte: Ipea (2018)

A concentração de indivíduos ocupados, até o 5º ano do ensino fundamental, predominou em todos os anos da análise, apresentando uma taxa de 47,81% de ocupações, ou seja, quase metade de todas as ocupações informais no mercado de trabalho turístico. A concentração de indivíduos com baixa qualificação educacional confirma que está é uma das características do mercado de trabalho informal em qualquer atividade econômica, acompanhadas de outras características, tais quais: a falta de oportunidade e experiência profissional, o desemprego acima do natural, o custo de oportunidade entre lazer e trabalho do indivíduo, entre outras.

Diferente do que é apresentado no mercado de trabalho informal nas atividades características do turismo (ACTs), as ocupações formais na atividade turística concentram um maior número de indivíduos com ensino médio e superior incompleto, detalhado no gráfico abaixo:

Gráfico 3.6: características das ocupações formais do turismo – Nível de escolaridade

Fonte: Ipea (2018)

Como mostra o gráfico 3.6, é possível observar uma trajetória de crescimento constante nas ocupações em que os indivíduos possuem ensino médio e superior incompleto, onde concentra mais que o dobro das ocupações, se comparado com os trabalhadores com 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Se considerarmos que os indivíduos com alta qualificação estão situados em um nível de escolaridade, que compreende o ensino médio e superior incompleto e o superior completo, a taxa de indivíduos qualificados é de 72,1% das ocupações formais no mercado de trabalho turístico.

É possível verificar um contraste entre o mercado de trabalho formal e informal no que tange, o nível de qualificação que é medido pelo nível de escolaridade, no mercado informal predomina as ocupações onde os indivíduos possuem uma baixa escolaridade, já no mercado formal a concentração de pessoas ocupadas se dá por indivíduos mais qualificados. No mercado de trabalho formal é comum uma certa rigidez no que se refere a demanda por mão de obra, pois, por ser um mercado que segue normas estabelecidas e apresentar uma certa concorrência, se exige do trabalhador qualificação e experiência.

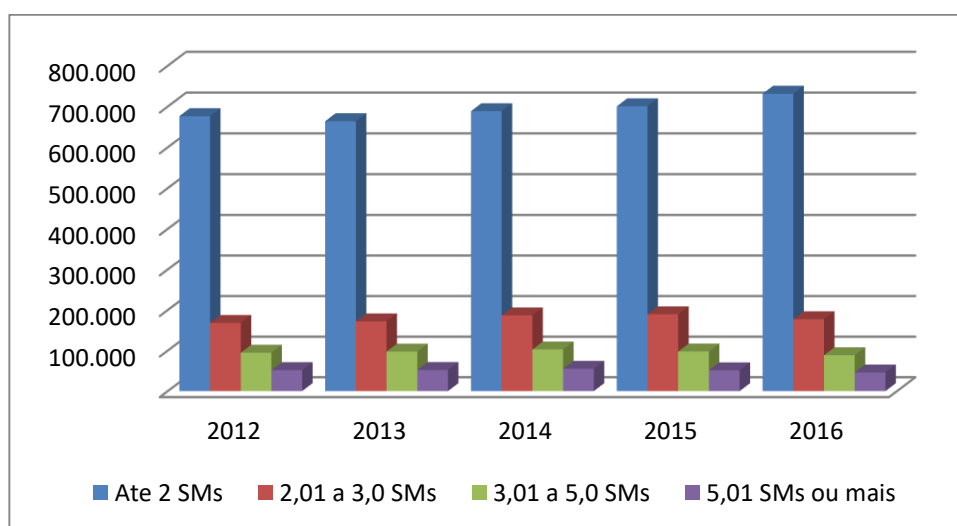
Conforme Barden & Távora (2013), as empresas brasileiras passam a se preocupar com a qualidade da mão de obra, no processo produtivo, a partir da década de 1990, devido ao desenvolvimento do processo produtivo tecnológico que a economia brasileira experimentou.

O termo tecnologia, não está voltado só a implementação de novas máquinas e produtos, mas soma-se a inclusão do capital humano no processo produtivo, ou seja, a inserção de indivíduos mais escolarizados e qualificados é variável importante no processo produtivo concorrencial das empresas.

Por outro lado, é possível afirmar que, o advento de novas tecnologia impôs aos indivíduos a se qualificarem, pois, com novas estruturas de produção e organização das empresas, viu-se a necessidade de uma mão de obras que respondessem as soluções dos problemas, com habilidades e alternativas essenciais que são obtidas através da educação formal. Fazendo um contraste entre o mercado trabalho informal e formal, no que tange, ao nível de qualificação educacional, no setor formal a demanda por mão de obra coloca a formação do trabalhador somada a experiência profissional, como prioridade na contratação de indivíduos, já no setor informal a qualificação não se torna uma prioridade. Sob a luz da teoria do capital humano, indivíduos mais qualificados em termos educacionais e profissionais tende a ser mais produtivos e, portanto, atinge o bem comum das empresas.

A pesquisa, propôs também elucidar a questão das remunerações no mercado de trabalho turístico, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3.7: características das ocupações formais do turismo – remuneração



Fonte: Ipea (2018)

Dada as limitações encontradas na base do Ipea, só foi possível analisar os dados referentes as remunerações no mercado de trabalho turístico, a partir dos últimos cinco anos

que compreende esta pesquisa. Relacionando os dados observados do gráfico 3.7 sob a luz da teoria do capital humano, onde, indivíduos mais qualificados e produtivos terá uma remuneração consequentemente maior, é possível verificar que no mercado de trabalho formal e especificamente na economia do turismo esse argumento é rejeitado parcialmente.

Analisando o gráfico 3.7, a taxa de indivíduos que recebem até dois salários mínimos é mais que a metade das ocupações nas ACTs, chegando a 68% do total das ocupações. Ao fazer uma análise mais detalhada, os indivíduos que estão nessa faixa salarial são aqueles mais qualificados educacionalmente – com ensino médio e superior incompleto e o superior completo -, essa concentração de indivíduos nesse faixa salarial é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 3.4: Números de ocupações por remuneração e nível de escolaridade nas ACTs

REMUNERAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE				
Escolaridade	Ate 2 SMs	2,01 a 3,0 SMs	3,01 a 5,0 SMs	5,01 SMs ou mais
Até 5º ano	202.658	47.015	26.019	3.042
6º a 9º ano	824.000	200.241	104.338	12.945
Ensino médio e superior inc.	2.349.110	555.562	262.903	105.947
Superior completo	84.804	90.413	87.510	134.134

Fonte: Ipea (2018)

Como é verificado na tabela 3.4, o total de indivíduos ocupados nessa faixa salariais é de 3,460 milhões, onde 70,33% tem o ensino médio e superior incompleto e o superior completo. O argumento de que uma maior qualificação e experiência - abordado na teoria do capital humano - é aceita parcialmente no caso do mercado de trabalho turismo, pois, comparando o gráfico 3.7 com a tabela 3.4, no primeiro os indivíduos com até dois salários mínimos é o que domina a maior parte das ocupações mesmo tendo boa qualificação, já no segundo é possível verificar um movimento e que os indivíduos mais qualificados recebem maiores salários.

Diante de todas variáveis apresentadas nessa seção, é possível elencar que no mercado de trabalho turístico, a informalidade supera o número de ocupações formais e, devido a essas características, a mão de obra qualificada é superada, ainda que timidamente, pelos indivíduos com baixa qualificação e que a baixa remuneração predomina nesse mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, a economia do turismo tem se tornando um instrumento importante para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico, pode-se dizer que, por muito tempo, o turismo foi uma atividade que não era prioritária nas agendas de políticas econômicas do governo, principalmente no Brasil, porém, sua relevância no cenário econômico mundial levou muitos países a adotarem o turismo como atividade econômica e viu-se uma oportunidade à promoção da inclusão social no que tange à geração de emprego e renda.

As políticas adotadas para o desenvolvimento socioeconômico da economia do turismo no Brasil tiveram mais vigor a partir do ano de 2007, com o Plano Nacional de Turismo, cujo objetivo era expandir o acesso dessa atividade a toda sociedade, promovendo a inclusão social e expansão do emprego e renda. No ano de 2013 o Plano Nacional de Turismo foi reformulado com o propósito de aperfeiçoar o anterior, mantendo as metas já alcançadas e estabelecendo novos rumos à economia do turismo no Brasil.

Como um dos pilares do estudo da economia, a atividade do mercado de trabalho abrange variáveis em seu escopo que são capazes de traçarem os índices econômicos de uma nação ou região. É devido a importância da atividade turística à economia de muitos países e, principalmente à brasileira, que este trabalho se propôs em estudar de forma peculiar o mercado de trabalho da economia do turismo brasileiro.

Com base nas referências de apoio para o desenvolvimento dessa pesquisa, viu-se que o turismo só compôs pauta governamental de maneira incisiva com o plano nacional de turismo, onde a forma de expansão dessa atividade se deu via concessão de crédito pelo BNDES, beneficiando várias segmentações, levantando investimento em produção e em capital. É possível afirmar que o BNDES teve um papel importante para a expansão da atividade turística no período analisado, sendo os segmentos de alojamento, alimentação, transportes aéreos e o ACE principais beneficiados com esses investimentos por meio de financiamento.

Esses investimentos fizeram com que a economia do turismo brasileiro tivesse um peso importante na composição do PIB, registrando uma participação, em média, de 3,57% do período aqui pesquisado. Verifica-se que a relação montante de investimentos e partição do turismo na composição do PIB não foram inversas, influenciando o comportamento do mercado de trabalho turístico no que tange as ocupações nele verificada.

A expansão nos níveis de investimentos na economia do turismo trouxe um crescimento nos números de indivíduos empregados nessa atividade, ainda que com uma queda ocorrida no ano de 2013, mas se recuperando posteriormente. Dentre essas ocupações foi possível analisar as características que o mercado de trabalho turístico apresenta que foram: a natureza de ocupação – informalidade e formalidade -, nível de escolaridade e as remunerações.

No que tange a Natureza das ocupações, a informalidade é uma característica que predomina nos índices de ocupações na atividade turística, a informalidade pode vir de duas vertentes: o baixo índice de escolaridade e por meio de crises econômicas, onde a saída ao desemprego é o mercado de trabalho informal. No mercado de trabalho informal turístico é verificado que os indivíduos possuem baixa qualificação em termos de escolaridade, cuja remuneração não ultrapassa dois salários mínimos.

Por outro lado, a formalidade tem característica interessante nesse mercado, pois, embora os indivíduos ocupados possuam um melhor nível educacional, com ensino médio e ensino superior incompleto e completo, o que predominam entre eles é uma remuneração que não ultrapassam também dois salários mínimos. Pode-se afirmar que, o raciocínio de Kadota & Santos (2012), no que tange ao baixo nível de remuneração que predomina no setor, está de acordo com o que foi elencado.

Como é possível verificar uma predominância da informalidade nos dados apurados, o plano nacional de turismo de 2013 teve como objetivo de diminuir essa fricção no mercado de trabalho turístico. Mas, é possível verificar que, posterior a informalidade apresentou crescimento puxado pela crise econômica que a economia brasileira enfrentou nos últimos dois anos que compreende a pesquisa.

No desenvolvimento da pesquisa, foi verificada limitações no que tangem às bibliografias relacionadas, principalmente a economia do turismo, e a dados que os principais órgãos oficiais aqui tratados não dispuseram. Visto isso, o trabalho se propôs também somar a poucos estudos relacionado a economia do turismo e, principalmente, ao mercado de trabalho dessa atividade de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico.

Diante dos resultados aqui levantados, é de muita importância políticas públicas incisivas sobre a economia do turismo brasileiro - principalmente na atividade econômica geral, verificando os gargalos desta, e levantar políticas públicas eficientes para assim o suprimir.

Tendo em vista que, políticas públicas eficientes melhoram o desempenho socioeconômico de um país ou região favorecendo o bem-estar dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AMITRANO, C. R.. **Um Mapa Setorial do Emprego e dos Salários a Partir dos Dados da Rais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2033).
- GONÇALVES, H.F; ARAÚJO, JOSÉ BEZERRA de. **Evolução histórica e o quadro socioeconômico do Nordeste brasileiro nos anos 2000**. Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 12, n. 1, jan./jun. 2015.
- BARBOSA, F. F. **O turismo como fator de desenvolvimento local e/ ou regional**. Caminhos da Geografia (UFU. Online), v. 6, p. 107-114, 2005.
- BASTOS, P. P. Z.. **Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo**. Ciências do Trabalho, v. 7, p. 51-107, 2017.
- BLANCHARD, OLIVIER. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- DALBERTO, CASSIANO R.. **Formalidade vs. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma investigação dos diferenciais de rendimento**. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2014.
- DIEESE. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: Resultados da RAIS 2013**. São Paulo, 2014.
- FILHO, F. CASIMIRO. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- FROYEN, RICHARD T. **Macroeconomia: teorias e aplicações**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LIMA, RICARDO. **Mercado de Trabalho: O capital humano e a teoria da segmentação**. Pesquisa Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, p. 217-272.
- MACEDO, MOISÉS S.L.. **Capital humano em modelo neoclássico: um estudo comparado da produtividade total dos fatores do brasil e chile**. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- MACIENTE, A. N.. **Competências e habilidades ocupacionais no Brasil**. In: Marina Pereira Pires de Oliveira; Paulo A. Meyer M. Nascimento; Aguinaldo Nogueira Maciente; Luiz

Antônio Caruso; Eduardo Miguel Schneider. (Org.). Rede de Pesquisa Formação e Mercado de Trabalho - Volume II. 1ed.Brasília: IPEA, ABDI, 2014, v. 2, p. 17-44.

MACIENTE, A. N.. **A concentração do emprego no brasil entre 1994 e 2005: aspectos regionais e setoriais.** Rio de Janeiro, 2008.

MADUREIRA, E. M. P.. **Desenvolvimento Regional: principais teorias.** Thêma et Scientia, v. 5, p. 8-23, 2015.

MARTINS, B. V.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. . **Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: Cursos Superiores de Tecnologia.** SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ), v. 12, p. 21-45, 2017.

MOTA, MARIA D. P.. **Uma análise do desempenho do turismo brasileiro período de 2000 a 2012 potencial e perspectivas futuras.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Economia – Pimes, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NODARI, MARIA Z. R.. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

OCIO, DOMINGO Z.. **O emprego na teoria econômica.** Fundação Getúlio Vargas – Núcleo de Pesquisa e Publicações – São Paulo, 1995 (Relatório n, 11/1995).

OLIVEIRA, S. R.. **Mercado de Trabalho: múltiplos (des)entendimentos.** XXXI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2007.

POCHMANN, MARCIO. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano.** Estudos Avançados (Online), v. 29, p. 7-19, 2015.

POCHMANN, M.. **Brasil: segunda grande transformação no trabalho?.** Estudos Avançados, v. 28, p. 1-292, 2014.

SANTOS, G. E de O.; KADOTA, D. K.. **Economia do turismo.** São Paulo: Aleph, 2012. – (Série Turismo).

SANTOS, L. M.; MOREIRA, I. T.. **Condições do Mercado de Trabalho no Setor de Serviços Nordeste**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

SANTOS, G. P. G. dos.. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990**. Pro-Posições (Unicamp), v. 19, p. 151-161, 2008.

SILVA, A. R.; MOTA, K. C. N. . **Competências para o Mercado de Trabalho em Turismo e Hotelaria**. Conexões: Ciência e Tecnologia, v. 7, p. 9-30, 2013.

SILVA Jr, G. G.. **Emprego Formal no Brasil: Análise Comparativa a partir de Características Observáveis Comuns aos Setores Público e Privado**. 1ed.São Paulo: Observatório da Inovação, USP. Editora Papagaio., 2010, v. 2, p. 246-272.

SILVA, R. M. M.. **Setor terciário: formalidade e informalidade – algumas especificações da (re) produção do espaço urbano de Bayeux – PB**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

TÁVORA, Ronaldo J. P.; BARDEN, Júlia Elisabete. **As características do mercado de trabalho formal do Vale do Taquari segundo a Teoria da Segmentação de Mercado**. In: Terceiras Jornadas de Historia Económica, 2003, Montevideo. Anais da III Jornadas de Historia Económica, 2003.

TSCHA, O. C. P.; RIPPEL, R.; LIMA, J. F. . **Distribuição setorial do emprego: uma medida de desenvolvimento regional no sudoeste do paraná**. Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 1, p. 1-1, 2009.